



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

058

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0180354-9

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO -DETRAN

APELADO: DANILTON JOSÉ CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. PRELIMINAR DE PERDA DE OBJETO. PRELIMINAR REJEITADA À UNANIMIDADE. NO MÉRITO - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. INSCRIÇÃO PARA VAGAS DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. ENTREGA DO LAUDO ATESTANDO A DEFICIÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DE TAL ENTREGA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE PROTOCOLAR SEUS ATOS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1-Não configura motivo para ensejar a perda do objeto do presente recurso, o simples fato das vagas ofertadas pelo Certame terem sido preenchidas pelos classificados, e muito menos o fato do recorrido ter obtido nota inferior ao último candidato classificado. Isso porque, além do concurso está dentro do prazo de validade, é possível haver a desistência de algum candidato do Concurso, bem como a vacância de algum cargo. Dessa forma, se houver interesse da Administração Pública, cabe a esta nomear o próximo candidato da lista dos que foram aprovados no Certame, devendo, por óbvio, obedecer sempre esta ordem de classificação. Preliminar rejeitada. Decisão unânime.

2- No mérito, inicialmente, faz-se mister ressaltar que no Direito Administrativo, vige o Princípio da Vinculação ao Edital, de modo que estabelecidas as condições no Instrumento Convocatório, as mesmas devem ser observadas tanto pela promovente do concurso como pelos candidatos.

3-Desta forma, compulsando os autos, observo que o recorrido atendeu as normas contidas no Edital referente à inscrição no Concurso promovido pelo DETRAN-PE, só nos restando aferir se a entrega do laudo destinado a comprovar a deficiência física do candidato, se deu de forma tempestiva ou não.

4- Neste sentido, convém afirmar que, o fato da Administração não ter ofertado aos candidatos do Concurso qualquer comprovante da entrega dos referidos laudos, mesmo após exigidos pelos participantes, a faz ter que arcar com o ônus dessa omissão.

5- Dessa forma, não cabe responsabilizar os candidatos do Certame, candidatos estes que pretendiam concorrer as vagas destinadas aos portadores de deficiência, por um ato omissivo da Administração Pública, já que esta se absteve do dever de protocolar seus atos, não existindo, sequer, qualquer documento que comprove a data e a hora da entrega dos laudos destinados a comprovar a deficiência desses participantes.

6- Por fim, como não há nos autos qualquer documento que apresente o condão de corroborar a intempestividade da entrega do referido laudo,



059

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

conforme argüido pelo apelante, observo que não merece prosperar a sua pretensão, uma vez que, além de não ter se desincumbido de comprovar a veracidade dos fatos alegados no presente recurso, observo que o recorrido atendeu a todas as regras exigidas no Edital do Concurso.

6-Recurso conhecido e não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0180354-9, figurando como apelante o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN e como apelado o DANILTON JOSÉ CONDÉ FREIRE, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em NEGAR PROVIMENTO a presente Apelação Cível, tudo conforme relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife,

26/01/2019

Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

173
06.0

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0180354-9

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN

APELADO: DANILTON JOSÉ CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

DANILTON JOSÉ CONDE FREIRE ingressou em Juízo contra o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PERNAMBUCO - DETRAN com ação ordinária de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela (fls. 02/15). Acostou os documentos de fls. 17/54.

O autor alega que efetuou sua inscrição no Concurso promovido pelo DETRAN-PE como portador de deficiência, uma vez que o mesmo é acometido de deficiência motora. Entretanto, acrescenta que, inicialmente, não havia previsão no Edital de como seria a entrega da documentação destinada a comprovar a referida deficiência.

Acrescenta que, posteriormente, houve uma retificação no Edital que regulamentava o Certame, o qual através da Portaria nº 036, publicada no Diário Oficial em 23/10/2004, passou a prever a entrega do laudo via SEDEX ou pessoalmente no endereço indicado no respectivo Edital.

Desta forma, segue asseverando que optou pela segunda opção, se dirigindo, portanto, pessoalmente ao IPAD, onde deveria ser entregue o laudo destinado a comprovar sua deficiência, a fim de concorrer para as vagas reservadas aos portadores de deficiências.

Neste sentido, afirma que ao entregar o laudo ao responsável do IPAD, este não lhe entregou qualquer documento que comprovasse a efetiva entrega, e, mesmo depois do mesmo exigir algum comprovante, o funcionário lhe disse que: "estava entregue e que ele não se preocupasse com nada que sua vaga estaria garantida para concorrer como deficiente".

Nesta toada, por fim, afirma que quando saiu a divulgação do resultado do Certame, o mesmo, apesar de classificado, não foi enquadrado nas vagas especiais, tendo sido desconsiderada a sua deficiência.

Desta forma, aduz que, interpôs recurso administrativo para que fosse proferida uma retificação no resultado, ou seja, para que alterasse sua classificação, inserindo-o na listagem dos deficientes físicos, mas sua pretensão foi indeferida.

Ressaltou, também, que caso semelhante aconteceu com o Sr. Alexandre Ferreira da Costa, mas este obteve êxito ao interpor o recurso administrativo.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

174
061

O DETRAN-PE prestou informações sobre o pedido de antecipação de tutela, às fls. 61/64, pugnando pelo indeferimento da antecipação perseguida, sob o argumento de ausência dos requisitos necessários para sua concessão, insculpidos no art 273 do CPC.

Por sua vez, o IPAD - Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico, às fls. 69/75, requereu, também, o indeferimento do pedido da tutela antecipada, por inexistir os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Às fls. 116/122, o IPAD contestou à inicial aduzindo, em apertada síntese, que apesar do autor ter se inscrito para concorrer as vagas dos portadores de deficiência, este não apresentou o laudo no prazo exigido pelo Edital. Desta forma, requer a improcedência dos pedidos exarados na inicial.

Instado a se manifestar, o Ministério Público, no 1º Grau, opinou pela procedência da ação (fls. 134/136).

Na sentença, às fls. 138/142, o juiz entendeu restarem presentes os requisitos do artigo 273, do CPC, determinando a inclusão do nome do demandante na lista dos candidatos portadores de deficiência física, a fim de que este possa concorrer às vagas reservadas, obedecendo, porém, a ordem de classificação de cada candidato aprovado. E, com base no art 269, I, do CPC, julgou procedente o pedido exarado na exordial.

O MM. Juízo determinou a subida dos autos a esta instância, em face do caso tratar-se de reexame necessário.

O DETRAN-PE interpôs apelo voluntário, às fls. 144/151, alegando, preliminarmente, perda de objeto da presente demanda. No mérito, afirma que o apelado deixou transcorrer em branco o prazo definitivo para entrega do laudo exigido para comprovar a deficiência, não merecendo, por isso, amparo a sua pretensão.

O apelado contra-razoou o recurso de apelação, pugnando pela manutenção da sentença em todos os seus termos (fls.156/157).

A Douta Procuradoria de Justiça opinou pelo improvimento do apelo (fls. 169/170).

É o relatório.
À revisão.

Recife,

João Bosco Gouveia de Melo
Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator



062

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0180354-9

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

APELADO: DANILTON JOSÉ CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

PRELIMINAR DE PERDA DE OBJETO

O recorrente, ao interpor o recurso de apelação voluntário, alegou, preliminarmente, a perda de objeto da presente demanda, sob o argumento de que "as vagas reservadas para portadores de deficiência, na área escolhida pelo apelado, já foram devidamente preenchidas pelos 12 (doze) primeiros candidatos aprovados, e conseqüentemente, classificados".

Ademais, acrescenta ainda que mesmo o recorrido sendo enquadrado no quadro de deficientes, este ocuparia uma posição inferior ao último colocado, tendo em vista que sua nota foi mais baixa.

Analisando a preliminar suscitada pelo apelante, vislumbro que a mesma não merece amparo, senão vejamos.

Não configura motivo para ensejar a perda do objeto do presente recurso, o simples fato das vagas ofertadas pelo Certame terem sido preenchidas pelos classificados, e muito menos o fato do recorrido ter obtido nota inferior ao último candidato classificado. Isso porque, além do concurso está dentro do seu prazo de validade, tendo em vista que foi possível a sua renovação, conforme o item 12.20 do Edital, é possível a desistência de algum candidato, bem como a vacância de algum cargo. Sendo assim, havendo interesse da Administração Pública, esta irá nomear o próximo candidato da lista dos classificados do Certame, devendo sempre, por óbvio, obedecer a ordem de classificação desta lista.

Dessa forma, resta claro que se houver a retificação na classificação do apelado para enquadrá-lo dentro da lista dos candidatos portadores de deficiência, com o mesmo perquire, não estará isento de chances de ser nomeado para o cargo a que prestou Concurso, uma vez que, como já exposto, além de não ter expirado o prazo de validade do Certame, há possibilidades de ser convocado, em razão de desistências ou outros motivos que ensejarem a vacância do cargo pretendido.

Foi neste sentido que opinou, acertadamente, o Órgão Ministerial no Primeiro Grau de jurisdição:

"E prevendo o Edital a renovação da validade do concurso, como dispõe o item 12.20, tendo como termo inicial a data da publicação do resultado final do concurso, em tendo sido a nota do Autor 66, fls. 35, e a última nota de candidato especial sido 68, pode haver a



063

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

possibilidade de ser o Autor convocado em remanejamento de candidatos por desistência, não havendo perda de objeto desta ação".

Diante dos argumentos acima explanados, que adoto como razões para decidir, **VOTO** pelo não acolhimento da preliminar de **PERDA DE OBJETO**.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife,

Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator



064

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0180354-9

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

APELADO: DANILTON JOSÉ CONDÉ FREIRE

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO DE MÉRITO

Trata-se de Apelação Cível, contra sentença que, em sede de ação ordinária de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela, julgou procedente o pedido constante da inicial, determinando a inclusão do demandante na lista dos candidatos portadores de deficiência, em razão do mesmo ter comprovado que atendeu aos requisitos determinados no Edital.

Prefacialmente, antes de adentrar na análise meritória do presente recurso, convém ressaltar que o caso em apreço não se trata de reexame necessário, conforme foi determinado pelo MM. Juízo *a quo*, senão vejamos.

Segundo o disposto no § 2º, do art. 475, do CPC, na redação dada pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001, quando o valor da condenação, ou o direito controvertido, não exceder a 60 (sessenta) salários não se aplica o duplo grau obrigatório.

Em se tratando de sentença ilíquida, hipótese do caso presente, deve-se verificar o valor da causa, que se também for inferior a 60 (sessenta) salários não enseja submissão do feito ao reexame necessário. Neste diapasão, cito julgado do STJ, nos seguintes termos:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. VALOR CERTO. ARTIGO 475, § 2º, DO CPC. ALTERAÇÃO DADA PELA LEI 10.352/01. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AGILIZAÇÃO. SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. REEXAME NECESSÁRIO. NÃO OBRIGATORIEDADE. SENTENÇA ILÍQUIDA. AFERIÇÃO. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. CRITÉRIOS E HIPÓTESES ORIENTADORES DO VALOR. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

omissis

IV - Consoante anterior manifestação da Eg. Quinta Turma desta Corte, quanto ao "valor certo", deve-se considerar os seguintes critérios e hipóteses orientadores: a) havendo sentença condenatória líquida: valor a que foi condenado o Poder Público, constante da sentença; b) não havendo sentença condenatória (quando a lei utiliza a terminologia direito controvertido - sem natureza condenatória) ou sendo esta ilíquida: valor da causa atualizado até a data da sentença, que é o momento em que



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

065

deverá se verificar a incidência ou não da hipótese legal.
Precedentes. (Grifo Acrescido)

VI - Agravo Interno desprovido.

(AgRg no REsp 710504/RN; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0177291-4; Rel Ministro GILSON DIPP; Órgão Julgador: QUINTA TURMA; Data do Julgamento 22/03/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 18.04.2005 p. 386).

Entender de forma diferente implicaria retirar a eficácia do supracitado dispositivo legal, pois, necessariamente, todo o processo que contivesse sentença ilíquida teria que ser remetido para reexame necessário.

Dessa forma, à vista de uma sentença ilíquida, verifica-se o valor que foi atribuído à causa, que, no caso, foi de R\$ 500,00 (quinhentos reais), portanto, não há que se falar em Duplo Grau Obrigatório.

Entretanto, como existe o apelo voluntário, passo a apreciá-lo.

Analisando o mérito recursal, observo que a sentença do juiz de primeiro grau é irreparável, senão vejamos.

Inicialmente, insta salientar que no Direito Administrativo, vige o Princípio da Vinculação ao Edital, de modo que estabelecidas as condições no instrumento convocatório, as mesmas devem ser observadas tanto pela promovente do concurso como pelos candidatos.

Pois bem, desta forma, compulsando o Edital do Certame (fls. 19/33), observo que, inicialmente, a matéria foi disciplinada da seguinte forma:

3. 3. 2 "O candidato que desejar concorrer às vagas definitivas no subitem anterior deverá, no ato de inscrição, declarar-se portador de deficiência, apresentando, no mesmo ato, laudo médico, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença (CID), e, posteriormente, se convocado, deverá submeter-se à perícia médica promovida pelo Núcleo de Supervisão de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho- NSPS, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do emprego público".

Neste sentido, observo que o recorrido atendeu plenamente o disposto acima, uma vez que o mesmo se inscreveu para o cargo de Técnico Administrativo, optando em concorrer como portador de deficiência, conforme se depreende dos documentos às fls. 35/36.



066

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Por sua vez, a Portaria nº 36, publicada no Diário Oficial em 23/10/2004, retificou o item acima, fixando a forma de entrega do laudo, senão vejamos:

IV- "Retificar o subitem 3.3.2 do Anexo único da Portaria Conjunta SARE/DETRAN nº 34/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

3.3.2 O candidato que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá, no ato de inscrição, declarar-se portador de deficiência, enviando até o primeiro dia útil após o término do período de inscrição, definido para o dia 04 (quatro) de novembro de 2004, via SEDEX – Encomenda Expressa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), endereçada ao: Concurso DETRAN-PE, Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico- IPAD, Av. Agamerion Magalhães nº 2656 – 3º andar, bairro do Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020.000; ou entregando pessoalmente até a data acima indicada no IPAD, CENED, Av. Caxangá, n 2006, Cordeiro, Recife/PE, laudo médico, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID); e, posteriormente, se convocado, deverá submeter-se à Perícias Médicas e Segurança do Trabalho – NSPS, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do emprego público".

Nesta toada, analisando as razões recursais, observo que o cerne da questão reside em verificar se o apelado cumpriu com as exigências previstas no Edital no tocante a entrega do laudo e se esta entrega se deu de forma tempestiva.

Sendo assim, compulsando os argumentos ventilados pelo apelado, verifico que este afirmou que entregou o laudo no endereço indicado no Edital, mas que não lhe foi entregue qualquer comprovante, mesmo após ter sido exigido do responsável pelo recebimento dos laudos.

Neste sentido, convém asseverar que quanto a este fato, qual seja, da entrega ou não do laudo, não há qualquer dúvida, pois o próprio apelante, nas suas razões recursais, afirma que tal laudo foi entregue, mas que esta entrega se deu de forma intempestiva.

Nestes termos, observo que, resta claro que o apelado teria o dever de exigir um comprovante da Administração Pública da entrega do referido laudo, já que dizia respeito a um Certame que pretendia concorrer às vagas destinadas aos deficientes.

Seguindo esta linha de raciocínio, impende salientar que houve essa exigência do particular em face da Administração, mas esta se recusou em emitir



067

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

qualquer tipo de documento destinado a comprovar a entrega do laudo em questão. Neste sentido, caberá, portanto, a Administração Pública, ora apelante, comprovar a intempestividade na entrega do laudo por parte do recorrido.

Dessa forma, não cabe responsabilizar os candidatos do Certame, candidatos estes que pretendiam concorrer as vagas destinadas aos portadores de deficiência, por um ato omissivo da Administração Pública, já que esta se absteve do dever de protocolar seus atos, não existindo, sequer, qualquer documento que comprove a data e a hora da entrega dos laudos destinados a comprovar a deficiência desses participantes.

Por fim, como não há nos autos qualquer documento que apresente o condão de corroborar a intempestividade da entrega do referido laudo, conforme argüido pelo apelante, observo que não merece prosperar a sua pretensão, uma vez que, além de não ter se desincumbido de comprovar a veracidade dos fatos alegados no presente recurso, observo que o recorrido atendeu a todas as regras exigidas no Edital do Concurso.

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pelo não **PROVIMENTO** da Apelação Cível, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2010


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Desembargador Relator



068

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL nº 0180354-9
Apelante: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
Proc. : Bel. Emmanuel Becker Torres
Apelado: DANILTON JOSÉ CONDÉ FREIRE
Adv. : Bel. Ary Queiroz Percinio da Silva
MP : Dra. ÁUREA ROSANE VIEIRA
RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
REVISOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto contra os termos da sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife que, julgando procedente ação ordinária nº 001.2005.125375-6, assegurou ao autor, ora apelado, o direito de ter seu nome incluso na lista dos candidatos concorrentes, na qualidade de portador de deficiência física, para o cargo de Técnico Administrativo no concurso público do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - DETRAN-PE, sob pena de pagamento de multa diária.

A essência da fundamentação lançada na sentença repousa na seguinte passagem ora transcrita (fls. 140/141):

"[...] Restou incontroverso que o autor se inscreveu para se submeter às provas de Concurso Público do DETRAN. Inclusive, sua opção se referiu aos portadores de deficiência física, fls. 35, com regular comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Toda celeuma diz respeito ao fato do autor ter alegado que havia entregado, diretamente ao IPAD, segunda parte demandada deste feito, toda documentação atinente à comprovação de sua deficiência física, no prazo estipulado no Edital daquele Concurso Público. No entanto, esta não lhe entregou um documento sequer, no sentido de ser confirmada aquela entrega. De modo que, quando do resultado das provas daquele Concurso Público, o nome do autor foi posto na relação dos candidatos não portadores de deficiência física, fl. 36, ficando, na colocação geral, na posição 5.588. Daí, para se eximir de qualquer responsabilidade, o IPAD afirmou que,

malgrado o autor ter se inscrito na condição de candidato com necessidades especiais, deixou passar em branco o prazo para a entrega de laudo médico. Ou seja, o autor, para a demandada, inobservou as regras estabelecidas no Edital de Concurso Público, em questão. Ora, não encontro plausibilidade nas assertivas da demandada IPAD, partindo-se do pressuposto de que o autor, no momento de sua inscrição do Concurso Público, fez questão de frisar, conforme o documento acima indicado, que era portador de deficiência física. Há presunção óbvia de que, na realidade, o autor cumpriu, na íntegra, todas as exigências do Edital aludido, atinente à entrega do laudo médico, com fim de comprovar a sua deficiência física. Ademais, o próprio DETRAN não ofereceu resposta, no prazo legal, apesar de devidamente citado, consoante certidão de fls. 131. Por seu turno, há fundamento legal no parecer da lavra do Ministério Público, ao mencionar que o autor, se estiver na condição, quanto à possível classificação, no que se diz respeito à sua nota, será submetido à análise médica, para que fique constatada ou não a deficiência física alegada."

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO interpõe o vertente recurso, sustentando, preliminarmente, a perda do objeto da demanda intentada, uma vez que o ora apelado requer a regularização e reconhecimento de sua inscrição, na condição de portador de deficiência física e, sua conseqüente (re)integração no certame em mira, fazendo-se constar seu nome na lista de candidatos aprovados e classificados, se porventura a nota obtida seja suficiente para tanto. Olvidando, porém, que na há mais vagas disponíveis para deficientes físicos, posto que já classificados e aprovados os doze primeiros candidatos de acordo com o número de vagas previsto no edital, sendo a nota do último aprovado nesta condição (68,00 pontos) superior a do ora apelado (66,00 pontos). No mérito, sustenta que o demandante/recorrido cumpriu parcialmente os termos do edital, ao declarar-se portador de necessidades especiais, deixando, no entanto, transcorrer em branco o prazo definido para a entrega do laudo médico, falecendo automaticamente o direito do apelado de concorrer às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais. Pugnando, ao arremate, pelo conhecimento e provimento do apelo interposto para, reformando a sentença apelada, seja decretada a extinção do processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual, na forma do art. 267, VI, do CPC; ou, caso assim não se entenda, que seja dado provimento à apelação, para modificar a sentença hostilizada, com inversão dos ônus de sucumbência.

Contra-razões ofertadas, no sentido da manutenção integral do *decisum* impugnado.

Nessa instância *ad quem*, a douta Representante Ministerial, em bem lançado Parecer (fls. 169/170), opinou pelo não acolhimento da preliminar de perda do objeto suscitada pelo apelante, vez que há possibilidade de ser o



070
autor/apelado convocado em remanejamento de candidatos por desistência; e, no mérito, pelo desprovimento do recurso interposto, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos e fundamentos.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminente Relator, em sede de Preliminar, voto nos seguintes termos:

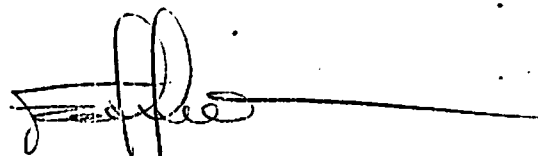
Perda do Objeto da Demanda: (X) REJEITA;

No Mérito:

(X) NÃO PROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO, PARA MANTER INCÓLUME A SENTENÇA IMPUGNADA.

É como voto.

Recife, 26/Januário/2010



Des. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS.
Revisor